

HABEAS CORPUS Nº 548.790 - SP (2019/0357959-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **ALESSANDRO VITOR DE MACEDO E OUTROS**
ADVOGADOS : **ALESSANDRO VITOR DE MACEDO - SP390450**
 : **DIEGO ALVES DE GODOY - SP369063**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **WESLEY APOLONIO DA SILVA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Wesley Apolonio da Silva**, apontando-se como autoridade coatora a 11ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2211655-87.2019.8.26.0000).

Em 12/9/2019, o paciente foi autuado em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas (3,545 kg de cocaína; 326 porções de crack pesando 216 g; e dois tijolos de crack, pesando 2,126 kg – fl. 203) e do crime previsto no art. 16, *caput*, da Lei 10.826/2003 (possuía uma metralhadora e um carregador contendo munições – fl.203). Posteriormente, o flagrante foi homologado e decretada a sua prisão preventiva.

Impetrado *writ* na origem, o Tribunal de Justiça denegou a ordem.

Neste *mandamus*, alega-se que a prisão em flagrante está amparada em prova obtida de forma ilícita.

Destaca-se que *é cristalina a violação à norma constitucional, pois a frágil alegação de "denúncia anônima" partida de transeunte sem o mínimo de especificação sobre possível local da prática de delitos, e posterior a isso, por mero achismo e adivinhação adentraram no quintal dos imóveis sem qualquer investigação prévia, fundadas suspeitas, e ordem judicial, diga-se em período noturno* (fl. 31).

Requer-se, assim, em liminar, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente para que aguarde, em liberdade, o julgamento deste *habeas corpus*. No mérito, pugna pela confirmação da liminar e pelo trancamento da ação penal.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, o que não ocorre no presente caso, no qual, nesse exame preliminar, a pretensão enseja um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que não é possível nos autos de *habeas corpus*, de cognição sumária.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo. Veja-se o AgRg no HC n. 519.110/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 10/9/2019.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da **liminar** ora pretendida, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Magistrado singular.

Após a juntada das informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator